



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpeleção Oral

O Comissariado de Auditoria publicou, em 27 de Fevereiro de 2017, o Relatório de Auditoria de Resultados sobre o «Sistema de Banda Larga Sem Fios – WiFi GO», denunciando vários problemas notáveis no planeamento do WiFi GO, na fiscalização dos serviços de operação, e nos trabalhos de instalação de dispositivos de acesso à rede e respectivas liquidações, por parte da ex-DSRT; em 22 de Setembro de 2016, o Relatório de Auditoria de Resultados sobre a «Actividade do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais no âmbito da gestão das instalações municipais para fins de lazer», onde foram apontadas insuficiências manifestas quanto à concepção e à execução dos mecanismos por parte do IACM, a par da falta de execução efectiva das medidas de segurança; e em 31 de Agosto de 2016, o Relatório de Auditoria de Resultados sobre o «Planeamento e Construção de Edifícios para Instalação de Serviços Públicos», revelando a atitude pouco activa da DSSOPT quanto ao planeamento global dos edifícios para instalação de serviços públicos, ao planeamento da zona destinada a órgãos administrativos e judiciais dos Novos Aterros Urbanos, e à preparação da construção de edifícios para instalação de serviços públicos <sup>[1]</sup>. Também o Relatório de Actividades de 2016 do CCAC, recentemente publicado, apontou várias irregularidades praticadas por serviços públicos, nomeadamente, os Serviços de Turismo, o IACM, o Instituto Cultural e os Serviços Meteorológicos, e algumas situações foram corrigidas só depois de o CCAC ter emitido diversas sugestões ou recomendações <sup>[2]</sup>.

As referidas irregularidades denunciadas demonstram o carácter vulgarizado da sua prática, pois não foram poucos os serviços que infringiram

IO-2017-04-07-Mak Soi Kun (P) mmc



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

as normas ou fizeram uso das lacunas, e essas situações caóticas, verificadas ao longo dos tempos, não foram totalmente corrigidas mesmo com várias recomendações emitidas, o que afecta gravemente a autoridade dos serviços públicos e tira a credibilidade do Governo perante a população.

Face ao exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Alguns cidadãos pediram-me para perguntar ao Governo o seguinte: as referidas confusões administrativas devem-se a falhas do regime administrativo? Ou a omissões ou arbitrariedades de alguns serviços, em termos permanentes? Ou a falta de consciência jurídica por parte de um grande número de chefes e trabalhadores? Qual é a resposta da Administração quanto a isto?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Mak Soi Kun

7 de Abril de 2017

Referências:

1. Commissariado de Auditoria, Relatórios de Auditoria de Resultados sobre o «Sistema de Banda Larga Sem Fios – WiFi GO», a «Actividade do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais no âmbito da gestão das instalações municipais para fins de lazer» e o «Planeamento e Construção de Edifícios para Instalação de Serviços Públicos».
2. CCAC da RAEM, Relatório de Actividades de 2016 do Commissariado contra a Corrupção de Macau.